

A Produção do Conhecimento Geográfico

3

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico 3

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 3 [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-80-2

DOI 10.22533/at.ed.802181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “A Produção do Conhecimento Geográfico” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 15 capítulos, discussões de diferentes vertentes da Geografia humana, com ênfase na epistemologia e gênero. A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação de trabalho, mas também são incluídos fatores econômicos, naturais, tecnológicos e gênero.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia humana, apresenta artigos alinhados com a epistemologia e o gênero. A importância dos estudos geográficos dessas vertentes, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

PANORAMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS EM GEOGRAFIA HUMANA

CAPÍTULO 1	1
REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: A ESCALA DIALÉTICA UNIVERSAL – PARTICULAR–SINGULAR NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO ¹	
Átila de Menezes Lima	
João César Abreu de Oliveira Filho	
CAPÍTULO 2	13
A CONCEPÇÃO DE MÉTODO EM RICHARD HARTSHORNE	
Wesley de Souza Arcassa	
CAPÍTULO 3	28
A IMPORTÂNCIA DA CONEXÃO KANT-HETTNER-HARTSHORNE À HISTÓRIA DA GEOGRAFIA	
Wesley de Souza Arcassa	
CAPÍTULO 4	44
O HORIZONTE HUMANISTA NA GEOGRAFIA E A FENOMENOLOGIA: O PROBLEMA DA “FENOMENOLOGIA GEOGRÁFICA”	
Josimar Monteiro Santos	
Luís Carlos Tosta dos Reis	
CAPÍTULO 5	53
OS CAMINHOS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XXI.	
João Henrique Santana Stacciarini	
Laira Cristina da Silva	
CAPÍTULO 6	60
UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DO DISCURSO CIENTÍFICO DA GEOGRAFIA E A PROBLEMÁTICA ECONÔMICA DO ESPAÇO: BASES FILOSÓFICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS ¹	
Mariza Ferreira da Silva	
Luis Lopes Diniz Filho	
CAPÍTULO 7	71
PERSPECTIVAS EPISTÊMICAS NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS CONTEMPORÂNEOS.	
Jacy Bandeira Almeida Nunes	
Antônio Carlos Vitte	
CAPÍTULO 8	80
CRÍTICO E CONSERVADOR: UMA ANÁLISE DE OS <i>PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS</i> DE YVES LACOSTE	
José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior	

CAPÍTULO 9	91
PERCEÇÃO DO ESPAÇO E A PAISAGEM: UM DIÁLOGO ENTRE AS GEOGRAFIAS CRÍTICA E HUMANISTA	
Gabriel Augusto Coêlho de Santana	
Rodrigo Dutra Gomes	
CAPÍTULO 10	101
A CIDADE DAS MULHERES FEMINISTAS: UM ESTUDO SOBRE GOIÂNIA (GO)	
Talita Cabral Machado	
CAPÍTULO 11	111
IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO SOB UMA PERSPECTIVA ESPACIAL	
Geórgia Fernandes Barros	
Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira	
Pedro Vasconcelos Maia do Amaral	
CAPÍTULO 12	130
A PERCEÇÃO DAS MULHERES QUILOMBOLAS SOBRE OS ESPAÇOS VIVIDOS NAS COMUNIDADES MOURA E BOA VISTA, ORIXIMINÁ-PA: UMA ANÁLISE DE GÊNERO.	
Maria Consuêlo Moreira	
CAPÍTULO 13	139
A LUTA E RESISTÊNCIA DAS LIDERANÇAS FEMININAS DO MNLM NA OCUPAÇÃO NOVA SANTA MARTA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS	
Ana Justina da Fonseca Ziegler	
Benhur Pinós da Costa	
CAPÍTULO 14	149
TERRITÓRIO E GÊNERO NO CERRADO GOIANO: OS SABERES TRADICIONAIS DAS MULHERES CERRADEIRAS E SUAS RESISTÊNCIAS DIANTE DA EXPANSÃO CAPITALISTA	
Josie Melissa Acelo Agrícola	
Evandro César Clemente	
Nestor Persio Alvim Agrícola	
CAPÍTULO 15	159
“É A ÁGUA DO RIO QUE A GENTE USA PRA TUDO”: AS MULHERES RIBEIRINHAS DA COMUNIDADE DE NAZARÉ-RO E A RELAÇÃO COM AS ÁGUAS DO RIO MADEIRA	
Rúbia Elza Martins de Sousa	
Rita de Cássia Evangelista dos Santos	
SOBRE A ORGANIZADORA	168

UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DO DISCURSO CIENTÍFICO DA GEOGRAFIA E A PROBLEMÁTICA ECONÔMICA DO ESPAÇO: BASES FILOSÓFICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS¹

Mariza Ferreira da Silva

Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curitiba – Paraná

Luis Lopes Diniz Filho

Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curitiba - Paraná

RESUMO: O trabalho de doutorado analisa abordagens teórico-metodológicas da geografia contemporânea e suas bases filosóficas, econômicas e sociais. A metodologia fundamenta-se em três eixos de análise: perspectivas histórico-antropológicas da evolução do pensamento geográfico; bases filosóficas dos discursos paradigmáticos ontológico, da subjetividade, da crítica linguística, da fenomenologia e da hermenêutica (Zilles, 2005) contrastados à “estrutura das revoluções científicas” na visão de paradigmas de Kuhn (1962; 1970) e “à lógica da pesquisa científica” de Popper (1934); estudos comparativos econômico-sociais de Acemoglu e Robinson (2012), North e Thomas (1973) e a obra “Grundrisse” (2011) – dos “Manuscritos econômicos - esboços da crítica

da economia política de Karl Marx” (1857-58) que antecederam a escrita da obra “O capital”. Do ponto de vista sociológico, examinou-se a obra “O Marxismo de Marx”, de Raymond Aron (1962-1963; 1977).

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia da ciência; Epistemologia da geografia contemporânea.

ABSTRACT: PhD research analyzes the theoretical-methodological approaches of contemporary geography and its philosophical, economic and social bases. The methodology is based on three axes of analyses: historical-anthropology perspectives of geographic thought evolution; philosophical bases of paradigmatic ontological discourses, subjectivity, linguistic critique, phenomenology and hermeneutics contrasted with Kuhn’s “structure of scientific revolutions” (1962, 1972) and Popper’s (1934) “logic of scientific research”, and the work “Grundrisse”(2011) – from “Economic Manuscripts – Karl Marx’s Critical Outlines of Political Economy” (1857-58) that preceded Writing of the work “The capital”. From a sociological point of view, was examined “Marxism of Marx” by Raymond Aron (1962-1963, 1977).

KEYWORDS: Philosophy of science;

1. Esse Trabalho foi aprovado, apresentado oralmente e publicado originalmente, no XII ENANPEGE: GEOGRAFIA, CIÊNCIA E POLÍTICA: do pensamento à ação, da ação ao pensamento (de 12 a 15 de outubro de 2017), Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa articular teoria da ciência e teoria do conhecimento, a partir da análise epistemológica do discurso científico da geografia em relação à problemática econômica do espaço que, em suas tendências mais recentes foi bastante influenciado pelas teorias marxistas, pela teoria social crítica e pela sociologia do conhecimento. Porém, suas raízes mais fecundas encontram-se na filosofia.

Nos estudos de Zilles (2005) a tônica dada à teoria do conhecimento é de abrangência muito maior que filosofia ou teoria da ciência. A palavra “epistemologia” significa, etimologicamente, “discurso sobre a ciência” ou “teoria da ciência”. Estuda-se não o conteúdo, mas a forma da ciência. Independente disso, a questão do conhecimento permanece, indiscutivelmente, um problema a ser considerado, também, pela antropologia filosófica. Sigmund Freud, o pai da psicanálise, concluiu que o ser humano sofreu três grandes humilhações nos tempos modernos:

A primeira teria sido a *cosmológica*, quando Nicolau Copérnico (1473-1543) aniquilou a cosmovisão geocêntrica, substituindo-a pela heliocêntrica. Com isso jogou o homem do centro à periferia, um deslocamento completado por Galileu Galilei (1564-1642). A segunda humilhação teria sido a *biológica*, decorrente da descoberta de Charles Darwin (1809-1882) de que as espécies têm sua origem num longo processo evolutivo. O ser humano seria o produto de uma evolução natural, e não de um ato criador de Deus. A terceira humilhação teria vindo da *psicanálise*, mostrando que o eu, sequer é senhor em sua própria casa, pois age impulsionado por instintos e desejos que escapam de seu controle. Esta última humilhação, segundo Freud, atinge o centro da personalidade humana. Entretanto, se acrescentou uma quarta, a *genética*. A decifração do genoma humano manifesta o material de construção das pessoas, reduzindo sua existência à trivialidade. Enfim, a pesquisa científica destruiu mitos que garantiam ao homem um lugar privilegiado no universo (ZILLES apud FREUD, 2005, p. 12).

Em suas abordagens sobre as teorias da ciência e do conhecimento Zilles (2005) tenta conciliar, aspectos históricos com sistemáticos e conceituais, analisando que, a teoria da ciência sempre mais se entende a si mesma como lógica aplicada e “consiste em, com a ajuda de estruturas formais, desenvolvidas por ciências formais como matemática e lógica, esclarecer sempre mais as estruturas das ciências empíricas” (Zilles, 2005, p. 33).

O filósofo francês Gaston Bachelard (1933), em sua obra “A Formação do Espírito Científico” apresenta seu discurso de abordagem filosófica e psicanalítica, com foco para a subjetividade do cientista, no confronto de si mesmo, ao se tornar cientista e epistemólogo. Traça um quadro estrutural dos estágios psíquicos da ciência como processo de aquisição cumulativa do conhecimento científico, pelo viés histórico, visando desmistificar a visão reducionista e cartesiana da ciência e chega à análise da objetividade científica relacionada à psicanálise. Ele mostra em seu discurso o destino do pensamento abstrato e os inúmeros ramos da evolução científica estabelecida em

três grandes estágios de desenvolvimento: o estágio pré-científico compreendendo tanto a antiguidade clássica quanto os séculos de renascimento e de novas buscas, como os séculos XVI, XVII e até o século XX. O segundo estágio que representa o estado científico, em preparação no fim do século XVIII, se estenderia por todo o século XIX e início do século XX. O terceiro considera o ano de 1905 como a era do novo espírito científico, com a deformidade de conceitos, antes fixados para sempre, a partir da Relatividade de Einstein.

Popper em seu livro “A Lógica da Pesquisa Científica” (2013), originalmente escrito em 1934, apresenta a síntese explicativa dos dois problemas fundamentais à lógica científica: o problema da indução, abordado por Hume, que tentou resolvê-lo e que, com Kant, tornou-se o problema central da teoria do conhecimento; e o problema da demarcação. A indução constitui-se no método indutivo-empirista de conhecimento.

O critério de demarcação inerente à Lógica Indutiva – isto é, o dogma positivista do significado leva à solução do problema da indução, tal como colocado por Hume – do problema da validade das leis naturais. A raiz desse problema está na aparente contradição entre o que pode ser chamado de “tese fundamental do empirismo” – tese segundo a qual só a experiência pode decidir acerca da verdade ou falsidade de um enunciado científico – e o fato de Hume se ter dado conta da inadmissibilidade de argumentos indutivos. Para Popper (1934) a tarefa da lógica da pesquisa científica é proporcionar a análise lógica do processo de investigação científica, ou seja, analisar o método das ciências empíricas caracterizadas pelo fato de empregarem os chamados “métodos indutivos”.

O físico e filósofo estadunidense, Thomas Samuel Kuhn (1962) analisa a “estrutura das revoluções científicas”, priorizando a noção de paradigmas “como fontes norteadoras de leis e regras no interior de uma comunidade científica” e os impactos provocados por momentos de “anomalias” que conduzem a mudança de novos paradigmas. Destaca que, a consciência da anomalia desempenha um papel na emergência de novos tipos de fenômenos, novas crises e a necessidade de revoluções científicas como elementos fundamentais no processo de mudança de concepção de mundo. Define “revoluções científicas” como episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior. Kuhn diferencia ciência normal e ciência extraordinária e analisa os momentos de rupturas no processo de evolução da ciência.

Do ponto de vista da filosofia é possível verificar o percurso histórico da ciência e os caminhos do conhecimento. O caminho místico-mágico parte de uma abertura, sem reserva dos sentidos, da alma e do espírito, para acolher a essência daquilo que se quer conhecer e permite que atue sobre a própria essência, para aí ser experienciado por meio de uma visão interior mediativa.

O caminho dedutivo-dogmático tem como objetivo, inferir o particular do geral, cujo procedimento é a dedução: resultado de um raciocínio a partir de uma verdade geral para uma instância particular. O dogma é a construção doutrinária da qual se

deduz. O ápice e a superação desse método é o racionalismo iluminista europeu, quando a razão passou a ocupar o lugar que Deus ocupava na dogmática medieval.

O caminho indutivo-empirista do conhecimento é o raciocínio da parte para o todo, de instâncias particulares para uma afirmação geral, universal. A empiria é a experiência mediada por meio da percepção dos sentidos. Por meio do caminho dedutivo-teórico-crítico, realiza-se a dedução para se examinar a teoria conferida. A experiência, neste método, não é fundamento, mas elemento para a prova. Sintetiza o caminho dedutivo-dogmático e o indutivo-empírico, evitando suas desvantagens (dogmatismo e indução) e unindo suas vantagens (lógica dedutiva e empiria). Remonta, por um lado, ao racionalismo crítico de Karl Popper. Por outro, o positivismo lógico do chamado Círculo de Viena (Carnap, Schlick, Neurath) definiu a união entre empiria e lógica como base da ciência.

O caminho dialético-materialista remonta a Karl Marx e F. Engels que uniram a dialética do idealismo de Hegel com o materialismo de Feuerbach, para produzir o materialismo dialético como fundamento filosófico de sua análise teórica da sociedade.

2 | DESENVOLVIMENTO

O tema ora estudado, possibilitou por meio da revisão bibliográfica e da metodologia de natureza analítico-interpretativa, verificar no contexto histórico-geográfico e antropológico da ciência, influências filosóficas, econômicas e sociais presentes no discurso científico da geografia. Para descrever a relação entre consciência e ser, entre pensar e objeto do pensamento, entre interior e exterior, entre o eu, de um lado, e os objetos naturais, de outro, há diferentes concepções, modelos ou paradigmas.

Zilles (2005, pp.: 50-113) expõe e analisa alguns paradigmas de relevância filosófica que influenciou as ciências moderna e contemporânea, cuja síntese é apresentada: O paradigma ontológico investiga a estrutura do mundo, o próprio ser, o ente. Trata-se de uma filosofia a partir do objeto. Explica-se esse paradigma, a partir da filosofia clássica, determinada pela obra gigantesca de Platão e Aristóteles, até os tempos modernos, que parte do “ser” objetivo, de uma ordem racional dos entes. Essa estrutura racional, na filosofia antiga, foi compreendida como estrutura do cosmo e, no pensamento judaico-cristão, como criação de Deus. O método da filosofia clássica consiste em perseguir a verdade do mundo, a lei do universo, as leis e normas dos entes, libertando o homem de tudo que o possa enganar. Sua tarefa consiste, pois, essencialmente em tornar-se racional.

Hegel (1770-1831), com sua filosofia do Espírito do mundo (Weltgeist) é considerado por Zilles (2005) como o representante mais significativo do pensamento ontológico nos tempos modernos. O método de Hegel que corresponde a sintetizar contradições e oposições, para conduzi-las à identidade, é a dialética. O processo chamado dialético significa ver a realidade como processo dinâmico e contraditório, cujas partes se condicionam e determinam mutuamente. Karl Marx assumiu esse

modelo, substituindo o Espírito objetivo como motor da evolução pelas condições materiais, de modo especial a economia. A dialética do Espírito tornou-se dialética materialista, que F. Engels, parceiro de Marx, ampliou para o sistema do materialismo dialético.

O paradigma da subjetividade analisa o pensar e os conceitos usados no pensar; é uma filosofia das “coisas” como aparecem para nós. Na evolução desse paradigma encontra-se a filosofia do racionalismo de Descartes com o Discurso do Método, que parte da dúvida. Segundo ele, para compreender a ciência, é preciso analisar, uma por uma, todas as coisas que se relacionam ao nosso objetivo, para se chegar à ordem ou síntese e à certeza cartesiana. Sua filosofia inicia o movimento que resulta na primazia do conhecimento, pela reflexão do sujeito sobre si mesmo e encontrará o ponto mais alto no criticismo de Kant. Na linha do racionalismo cartesiano seguem pensadores como Gottfried W. Leibniz e Baruch Espinosa. Em oposição ao racionalismo, surge o empirismo na filosofia grega. Como precursor do empirismo moderno considera-se, geralmente, Francis Bacon com sua obra principal *Novum Organon*. Nos tempos modernos, destaca-se o empirismo do trio de filósofos britânicos: John Locke, o irlandês George Berkeley e o escocês David Hume.

O paradigma da crítica linguística posiciona-se com ceticismo perante todo o conhecimento filosófico. L. Wittgenstein (1889-1951) limita a tarefa da filosofia a clarear as ideias, analisando aquele meio pelo qual se expressam ideias e conhecimentos, ou seja, a linguagem. Para ele, a filosofia não é uma doutrina, mas uma atividade de crítica da linguagem. É o esclarecimento lógico dos pensamentos com base na linguagem, pois ao refletir a linguagem, esclarece-se sua estrutura lógica.

O paradigma da fenomenologia ampara-se na fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938) e exerce uma influência relevante no mundo contemporâneo, divulgada como ontologia existencial. Funda o ideal da pura lógica no caminho empírico, construindo a fenomenologia na polêmica contra o psicologismo. A fenomenologia – ciência filosófica do fenômeno – chama o conjunto das significações de “mundo” ou “horizonte”. Seu método fundamenta-se na essência dos fenômenos e na subjetividade transcendental e busca a raiz de toda a atitude filosófica e científica.

O paradigma da hermenêutica pode ser considerado como transcendência da ciência moderna para reencontrar seu lugar antropológico. Por hermenêutica, em geral, entende-se a arte e a doutrina de esclarecer, interpretar e compreender textos e situações. O objeto próprio da hermenêutica não é o mundo objetivo das coisas, mas sua compreensão como é representada em textos, imagens e construções; o próprio ato de compreender e as pressuposições interiores do sentido que se articula em textos e em outras expressões. Por isso, o mundo só se torna acessível como compreensão de sentido. Desde o humanismo tardio (século XVII) fala-se de hermenêutica; depois, no romantismo (Schleiermacher) e, de modo especial, a partir de Dilthey e Heidegger.

A ciência geográfica contemporânea, em sua dimensão de análise econômica e social, recebeu influências de teorias liberais, marxistas e pós-estruturalistas. Ao

conceber o espaço geográfico como reprodução do capital, buscou compreender as contradições da estrutura da sociedade, das lutas de classe, da relação capital-trabalho, entre outros elementos de análise da produção capitalista do espaço, inserido no processo de globalização e mundialização da economia.

Andrade (1922-1996) analisa o perfil histórico e geográfico da formação da sociedade e sintetiza a trajetória da Geografia, desde os primórdios na antiguidade até os dias atuais, identificando alternativas presentes no pensamento geográfico, categorizadas como correntes diferentes de pensamento, no interior da própria ciência. Essa se abre em diversas direções para justificar a solução de problemas sociais, por meio de seu campo de estudo. Como estratégia de exposição dos conhecimentos traça a linearidade do percurso histórico da sociedade e da ciência geográfica, enfatizando os eventos relacionados às civilizações primitivas na antiguidade oriental, passando pela contribuição dos gregos e romanos, pela organização do espaço, apresentando curiosidades relacionadas ao evento das grandes viagens medievais e do conhecimento do território na Idade Média. Tenta dialogar com os leitores sobre o expansionismo europeu, as grandes navegações e a expansão dos continentes como conquistas dos tempos modernos e como estratégia unificada para a criação dos Estados Nacionais e apresenta por meio de seu discurso, as principais ideias dos precursores da Geografia Moderna e os efeitos destes estudos para a implantação do capitalismo. Nesse contexto histórico-geográfico, analisa as contribuições de Humboldt e Ritter e a polêmica explicação de Ratzel e da Geografia do Poder, com efeitos drásticos manifestados no processo de colonização, com o determinismo do “espaço vital” e problemáticas sociais que tinham como utopia, na luta por uma Geografia Libertária fundamentada nas ideias de Reclus e Kropotkin.

2.1 Bases filosóficas dos discursos paradigmáticos

De acordo com o filósofo contemporâneo Urbano Zilles (2005), a ideia de uma teoria do conhecimento remonta a Descartes e Espinosa, mas foi, sobretudo, a contribuição crítica de Kant que fez com que se tornasse, no século XIX, uma disciplina autônoma. A doutrina platônica das ideias, baseada na confiança ilimitada da razão (*noús*), constitui o fundamento de todas as concepções da teoria do conhecimento desenvolvidas nos tempos modernos. Resumida sob o conceito de racionalismo, tem como principal representante Descartes que postulou o método geométrico como procedimento da argumentação filosófica, ao basear-se nos princípios irredutíveis da matemática, entendidos como inatos na consciência humana em forma de ideias. Entre o racionalismo e o empirismo, Kant buscou uma posição intermediária com seu criticismo. Para ele, as duas correntes argumentavam de maneira dogmática e não questionava as próprias fontes: a razão e a experiência.

Na análise de Zilles (2005), desde Descartes até Kant, a questão do conhecimento foi abordada de maneira crítica e ocupou o centro da preocupação filosófica. Porém

Hegel ignorou essa questão, assim como M. Heidegger e Karl Jaspers, pensadores mais recentes. J. Habermas, nesse sentido, assumiu acriticamente a postura de Hegel, ao esquecer a crítica implícita de Kant a Hegel, embora E. Bloch constatasse que o ponto fraco na filosofia de Hegel era a falta de uma crítica do conhecimento. Depois, os neokantianos retomaram Kant, e Husserl, inspirado em Descartes, desenvolveu a fenomenologia. O filósofo adverte que, embora os adeptos da filosofia analítica, seguindo Wittgenstein, não considerem Hegel e Heidegger como seus modelos, concordam com eles, quando julgam que, na modernidade, de Descartes a Kant, a discussão da gnosiologia girou em torno de problemas apenas aparentes e, nesse sentido, não se deve estranhar que se tenha desenvolvido, mais recentemente, uma teoria da ciência empirista-materialista, com a pretensão de liquidar de modo definitivo a teoria do conhecimento. Quanto aos métodos, Zilles (2005) explica que:

Os métodos analíticos conquistaram terreno nos domínios das chamadas ciências do espírito. Esses métodos decompõem seu objeto de estudo – geralmente a linguagem – em partes, considerando as relações entre as mesmas. É analítico o procedimento dos matemáticos, dos lógicos formais, dos cientistas da natureza e dos analíticos da linguagem. Por outro lado, consideram-se procedimentos não analíticos aqueles que abrangem e interpretam seu objeto como globalidade; tal é o caso dos fenomenólogos, dos hermeneutas e dos dialéticos hegelianos e marxistas. Os dois métodos relacionam-se de diferentes maneiras com a vida. A compreensão analítica da ciência parte da convicção de que nem tudo o que o homem encontra em sua existência deva ser objeto da investigação científica. O campo desta, em princípio, é limitado ao que pode ser submetido aos instrumentos analíticos. Portanto, de acordo com a concepção analítica, há problemas e realidades que não são objeto da ciência analítica. Por exemplo, a angústia e a morte, problemas existenciais, que logram ser objeto da fenomenologia, da hermenêutica, da filosofia da existência, etc. O método analítico tem o mérito da elaboração rigorosa dos conceitos, coisa que muitas vezes falta às ciências não analíticas. Por isso o discurso das últimas é ambíguo e, não raro, incompreensível. Nesse sentido, o fundamento da analítica da linguagem trouxe uma contribuição importante para as próprias ciências humanas. Nem por isso deve reduzir-se a teoria da ciência à teoria analítica das ciências, pois a fenomenologia, a hermenêutica e a dialética também podem ser designadas como ciência, tornando-se a própria reflexão sobre elas teorias da ciência. (ZILLES, 2005, pp.11-12).

Em uma síntese histórico-analítica, Zilles (2005, p. 8 e pp.: 34-35) apresenta aspectos relevantes da evolução da ciência. O século XVI foi de profundas transformações econômicas. Nesse contexto Johann Kepler, Galileu Galilei e Francis Bacon tentam encontrar uma nova base para o conhecimento da natureza e esclarecer a realidade com conceitos que parecem permitir verificação, uma vez que aquilo que designam é observável e, através do experimento, torna-se demonstrável. Nos séculos XVII e XVIII, o conceito de ciência oscila entre experiência e razão. Leibniz reconhece o equilíbrio da ciência entre experiência e razão. Kant vê, na ciência, a síntese de experiência e razão – a racionalização da experiência que se torna universalização e subjetivação desta. No século XIX, o positivismo de A. Comte, na guerra contra as construções metafísicas, reclama o caráter experimental e indutivo da ciência, atribuindo-lhe uma índole descritiva e legal, ao dizer que “Toda ciência consiste na coordenação dos fatos e em nada mais do que isto”. Em 1874, em *A contingência*

das leis da natureza, Boutroux contestou o caráter determinista das leis científicas. Ernst Mach e o empiriocriticismo desmascararam a estrutura metafísica da ciência positivista, asseverando que “A ciência se forma por contínuo processo de adaptação do pensamento a um determinado campo de experiência”. No século XX, desenvolveram-se discussões fecundas no campo epistemológico. No mundo anglo-americano, forma-se uma concepção pragmática da ciência, sobretudo no instrumentalismo de J. Dewey que definiu os conceitos científicos como: “meios, instrumentos, aplicáveis aos acontecimentos históricos para reger o curso destes”.

2.2 Estudos comparativos econômico-sociais e a problemática econômica do espaço

A partir de uma base econômico-interpretativa de análise, os economistas North e Thomas (1973), sugeriram novos métodos para o estudo da história econômica da Europa e do mundo ocidental, ao apresentarem aspectos relevantes da teoria econômica neoclássica, expostos na obra *The Rise Of The Western World: A New Economic History*. Referindo-se ao extenso período entre os anos 900 (século X) e 1800 (século XVIII), os autores analisaram a questão da terra e as condições econômicas sobre os direitos de propriedade, originários do direito civil e do conflito relacional homem-terra, no período medieval – contexto histórico das origens do feudalismo em suas duas fases: “baixa e alta Idade Média”, dois processos de transição. Ou seja, da formação da sociedade feudal à formação do mundo moderno – contexto histórico-geográfico de ascensão do mundo ocidental, caracterizado pela formação do mundo capitalista, quando o feudalismo dá lugar à outra forma de produção, na Europa São analisados os contextos históricos, econômicos e geográficos da França, Espanha, Inglaterra e o sucessivo crescimento econômico com o advento da Revolução Industrial.

Considerado um dos fundadores da nova economia institucional, North (1973) definiu instituições como “restrições humanamente concebidas que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais”. Essas são essenciais ao crescimento econômico e correspondem ao conjunto de regras e organizações responsáveis pelo cumprimento dessas regras. Mas, embora ligado ao pensamento liberal neoclássico, North rejeitou um dos seus principais postulados – a racionalidade dos agentes econômicos – alterando o significado do conceito de ideologia na economia: “códigos morais e éticos de conduta, fortemente baseados em ideologias, estão na base da estabilidade social, sendo responsáveis pelo funcionamento do sistema econômico” (North, 1981, p. 47) e pelo funcionamento do sistema político: “Seja no comportamento de governantes, de grupos de interesse ou ainda de agentes do sistema judiciário. É somente por meio do conceito de ideologia que podemos entender a construção do arcabouço legal de uma sociedade” (North, 1981, pp.: 56-57), pois “as ideologias estão na base da formação das regras formais e informais de uma sociedade e, portanto, têm papel fundamental no desempenho das diversas economias” (North, 1999, pp.

14-15).

De acordo com a teoria de desigualdade mundial de Acemoglu e Robinson (2012, pp.71-72), “o crescimento econômico e a prosperidade estão associados a instituições políticas e econômicas inclusivas, ao passo que as instituições extrativistas tendem a acarretar estagnação e pobreza – o que não implica, porém, que as instituições extrativistas sejam incapazes de fomentar crescimento nem que todas as instituições extrativistas sejam idênticas”. Pois, como eles explicam:

Cada sociedade funciona com um conjunto de regras econômicas e políticas criadas e aplicadas pelo Estado e pelos cidadãos em conjunto. As instituições econômicas dão forma aos incentivos econômicos: incentivos para buscar mais educação, para poupar e investir, para inovar e adotar novas tecnologias, e assim por diante. É o processo político que determina a que instituições econômicas as pessoas viverão submetidas, e são as instituições políticas que ditam como funciona esse processo. Por exemplo, são as instituições políticas de uma nação que estabelecem a capacidade dos cidadãos de controlar os políticos e influenciar seu comportamento – o que, por sua vez, define se os políticos serão agentes dos cidadãos, ainda que imperfeitos, ou se terão a possibilidade de abusar do poder que lhes foi confiado, ou que usurparam, para fazer fortuna e agir em benefício próprio, em detrimento dos cidadãos. As instituições políticas incluem Constituições escritas – mas não se limitam a elas – e o fato de a sociedade ser uma democracia. Compreendem o poder e a capacidade do Estado de regular e governar a sociedade. É igualmente necessário considerar de forma mais ampla os fatores que determinam como o poder político se distribui na sociedade, sobretudo a capacidade de diferentes grupos de agir coletivamente em busca de seus objetivos ou impedir outros de atingirem os seus. À medida que influenciam comportamentos e incentivos na vida real, as instituições forjam o sucesso ou fracasso dos países. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 32).

A teoria da desigualdade mundial, proposta por eles (2012, p.33), mostra como “interagem as instituições políticas e econômicas, causando pobreza ou prosperidade, e como cada parte do mundo acabou desenvolvendo seu próprio conjunto de instituições”.

A tese é que o crescimento econômico e a prosperidade estão associados “a instituições políticas e econômicas inclusivas, ao passo que as instituições extrativistas tendem a acarretar estagnação e pobreza – o que não implica, porém, que as instituições extrativistas sejam incapazes de fomentar crescimento nem que todas as instituições extrativistas sejam idênticas” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p.p 71-72). Aron Raymond (1962-1963; 1977) analisa criticamente a obra de Marx, tanto na juventude quanto na maturidade e busca relações entre suas obras e as obras de Hegel. Define o marxismo de Marx, a partir da análise dos *grundrisse* (2011) – dos “Manuscritos econômicos - esboços da crítica da economia política de Karl Marx” (1857-58) que antecederam a escrita da obra “O capital”, do ponto de vista sociológico.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se a partir das pesquisas, que, a geografia sempre esteve atrelada à filosofia. Em sua fase mais recente seu escopo se insere na interface de outras

ciências como sociologia e economia.

É possível vislumbrar, no início do século XXI, novas tendências que apontam para avanços epistemológicos, principalmente no sentido de desconstruir seus próprios discursos: à luz de uma identidade própria enquanto ciência e enquanto atividade política e social.

Sabe-se que, análise do espaço geográfico não se limita à problemática apenas capitalista, mas social e política em suas dimensões física e humana. E também, à dimensão teórico-epistemológica em relação aos métodos e à própria condição de inovação científica.

REFERÊNCIAS

1. ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. A. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza** – Tradução de Cristina Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
2. ARON, Raymond. **O marxismo de Marx**. Tradução de Jorge Bastos. 2ª ed. São Paulo: Arx, 2005.
3. BAILLY, Antoine. **Les concepts de la géographie humaine**. 5. ed. Paris: Armand Colin, 2005.
4. BAILLY, Antoine; BÉGUIN, Hubert. **Introduction à la géographie humaine**. 8. ed. Paris: Armand Colin, 2005.
5. BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert. **Éléments d'épistémologie de la géographie**. 2. ed. Paris: Armand Colin, 2006.
6. DINIZ FILHO, Luis Lopes. **Fundamentos epistemológicos da geografia**. 20 ed. Curitiba: Editora Ibpex, 2009. (Coleção metodologia do ensino de história e geografia; v. 6).
7. FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e a ética das ciências**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. (Biblioteca básica).
8. GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 368p.
9. HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
10. KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**, Editora Perspectiva, São Paulo, 1976.
11. MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política**. Supervisão editorial Mario Duayer; tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
12. MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro, v. 1: as matrizes clássicas originárias**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.
13. MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação**. V. 2. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

14. MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras**. V.3. São Paulo: Contexto, 2010.
15. NORTH, Douglass Cecil; THOMAS, Robert Paul. **The Rise of the Western World: a new economic history**. Cambridge University Press. 1973.
16. POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. 2. Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2013.
17. POPPER, Karl Raimund. **Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento**. Tradução de Antonio Ianni Segatto. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
18. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia, v. 7: De Freud à atualidade**. [tradução Ivo Storniolo]. Revisão Zolferino Tonon. São Paulo; Paulus, 2006. (coleção história da filosofia).
19. RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia: Introdução à ciência geográfica**. São Paulo: Avercamp, 2008.
20. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 7. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (Coleção Milton Santos; 1).
21. SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução [da 2. ed. Inglesa] Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
22. VITTE, Antonio Carlos (org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
23. WHITEHEAD, Alfred North. **A ciência e o mundo moderno**. [tradução Hermann Herbert Watzlawick]. São Paulo: Paulus, 2006. (Coleção philosophica).
24. ZILLES, Urbano. **Teoria do conhecimento e teoria da ciência**. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Filosofia).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-80-2

